



Diário Oficial

MUNICÍPIO DE SUMARÉ

www.sumare.sp.gov.br • facebook.com/prefeituramunicipaldesumare

Secretaria de Comunicação Social

segunda-feira, 26 de outubro de 2020 - Ano 10 - nº 841



Atos, Editais
e Avisos



MUNICÍPIO DE SUMARÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS
HUMANOS

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI ALDIR BLANC EM SUMARÉ.

Aos 22 dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, às 9h, na Biblioteca Pública Municipal, sito à Rua Geraldo de Souza, 157, Jardim Carlos Basso, Sumaré-SP, reuniram-se os membros da Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação da Implementação da Lei Aldir Blanc em Sumaré, criada através do Decreto Municipal no. 10.867, de 15 de setembro de 2020, com a presença dos seguintes membros: Luis Carlos Gonçalves, representante da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, Noilson Pereira dos Santos, representante do Conselho Municipal de Cultura, e Hélio Ricardo de Almeida, representante da Câmara de Vereadores. Justificaram a ausência Walkiria Martins Soares, representante da Secretaria Municipal de Controle Interno e Transparência, e Larissa Coelho de Moraes Monção, representante da Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento. Abrindo-se a reunião, deram-se informes sobre os seguintes documentos: Atas de Reunião da Comissão de Análise de Solicitação de Subsídios e Seleção de Projetos no Âmbito da Implementação da Lei Aldir Blanc em Sumaré, referentes aos dias 29 de setembro, 06 de outubro e 14 de outubro, todas deste ano; Decreto Municipal n. 10.884, de 01 de outubro de 2020, que define data final para inscrição por parte dos agentes culturais para se ter direito à solicitação de subsídios e seleção de projetos no âmbito da implementação da Lei Aldir Blanc; Lei Municipal n. 6419, de 01 de outubro de 2020, que dispõe sobre autorização ao Executivo Municipal para promover a abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente no valor de R\$ 1.814.449,60 (um milhão, oitocentos e quatorze mil e quarenta e nove reais e sessenta centavos); Decreto Municipal n. 10.886, de 02 de outubro de 2020, que regulamenta a aplicação da Lei Municipal n. 6419/2020; Decreto Municipal n. 10.896, de 19 de outubro de 2020, que dispõe sobre a abertura de concurso para a seleção de projetos que visem à aquisição de trabalhos artísticos nas linguagens plásticas, visuais e de artesanato; Decreto Municipal n. 10.897, de 19 de outubro de 2020, que dispõe sobre a abertura de concurso para a seleção de projetos que visem à contratação de apresentações musicais, de artes cênicas, de artes circenses, de dança, de expressões da cultura popular e/ou de cultura afro, mediante pagamento de cachê a artistas; Decreto Municipal n. 10.898, de 19 de outubro de 2020, que dispõe sobre a abertura de concurso para a seleção de projetos que visem à produção, publicação e lançamento de obras literárias de ficção, poesia, teatral, história em quadrinhos, fotografia, design, gastronomia, produção cultural, patrimônio histórico e

cultural e/ou diversidade e pluralidade cultural para autores com anuência de editoras; Decreto Municipal n. 10.899, de 19 de outubro de 2020, que dispõe sobre a abertura de concurso para a seleção de projetos inovadores de Empreendedorismo Cultural para estimular o fortalecimento e a sustentabilidade de empreendimentos da Economia Criativa; Listagem dos agentes culturais cadastrados através do Mapa da Cultura de Sumaré. Em seguida, apresentaram-se as seguintes informações auferidas até a data de 21 de outubro de 2020, no que tange aos projetos de solicitação de subsídios: 25 (vinte e cinco) projetos aprovados, sendo 16 (dezesseis) de Personalidade Jurídica e 09 (nove) de Personalidade Física, totalizando R\$ 192.775,71 (cento e noventa e dois mil, setecentos e setenta e cinco reais e setenta e um centavos), com contrapartidas mensuráveis em R\$ 126.506,00 (cento e vinte e seis mil, quinhentos e seis reais); 03 (três) projetos rejeitados com prazo recursal para até dia 23 de outubro de 2020; 15 (quinze) projetos em análise com prazo de entrega de documentação até o dia 23 de outubro de 2020. Com referência aos 43 (quarenta e três) projetos apresentados, disponibilizaram-se para ciência da Comissão os respectivos documentos protocolados e já processados. Em seguida, abriu-se a palavra a todos os presentes para sanar dúvidas e colher propostas. Feita a discussão, deliberou-se que as Contrapartidas sejam construídas no diálogo entre a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer e os proponentes aprovados a partir das sugestões apresentadas, podendo, inclusive, ser mais bem adequadas às necessidades culturais do Município quando de sua efetiva realização. Deliberou-se também pelo encaminhamento o mais rápido possível das informações à Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento para que se garanta o pagamento, para não se correr o risco de reversão dos recursos ao Fundo Estadual de Cultura. Acerca disto, discutiu-se que é possível haver sobra de recursos depois de realizada toda a fase de apresentação dos projetos e análise da Comissão de Análise de Solicitação de Subsídios e Seleção de Projetos. E que, neste caso, seja lançado Edital de Fomento, ainda dentro do prazo exigido por lei, para contemplar o maior número de agentes culturais para a aquisição de bens e serviços que contribua para a manutenção das respectivas atividades culturais, desde que não fira a legislação pertinente. Ainda se deliberou que se faça, ao final da implementação da Lei Aldir Blanc em Sumaré, um relatório que, além da prestação de contas, também aponte ações necessárias para o incremento da Cultura no Município. Definiu-se que será realizada a próxima reunião no mês de novembro, tendo como pauta as ações realizadas pela Comissão de Análise de Solicitação de Subsídios e Seleção de Projetos. Em não havendo nada mais a tratar, Luis Carlos Gonçalves, Coordenador da Comissão e Secretário ad hoc desta reunião, encerrou a reunião e lavrou a presente Ata, que será publicada no Diário Oficial do Município assim que obtiver a aprovação de todos os presentes.

Sumaré, 22 de outubro de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ
LEI Nº 6430, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispõe sobre a regulamentação dos serviços de transporte remunerado de passageiros e de mercadorias, por meio de motocicletas no Município de Sumaré, e dá outras providências.

Autor: Vereador Willian Souza.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, nos termos do artigo 66, §§ 5º e 7º da Lei Orgânica do Município de Sumaré, c.c. artigo 287 do Regimento Interno desta Casa de Leis, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a regulamentação dos serviços de transporte remunerado de passageiros e de mercadorias, por meio de motocicletas, no Município de Sumaré, serão objeto de autorização e licenciamento pelos órgãos da Prefeitura do Município de Sumaré, desde que atendidas às condições estabelecidas nesta Lei e suas regulamentações, no Código de Trânsito Brasileiro, na Lei Nacional nº 12.009 de 29/07/2009 e demais normas gerais e específicas aplicáveis.

Art. 2º Para os fins desta Lei considera-se:

I - mototáxi: o veículo automotor de duas rodas, tipo motocicleta, especial e exclusivamente destinado ao transporte remunerado de um passageiro por viagem, devidamente autorizado e licenciado pelo Poder Público, por meio de seus órgãos competentes;

II - motofrete: o veículo automotor de duas rodas, tipo motocicleta, especial e exclusivamente destinado ao transporte remunerado de mercadorias, devidamente autorizado e licenciado pelo Poder Público, cuja carga deve estar com peso máximo e dimensão compatíveis e acondicionadas em compartimento próprio, de acordo com os requisitos estabelecidos em Lei;

III - mototaxista: o condutor de veículo denominado mototáxi, habilitado de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro e com a Lei Nacional nº 12.009/09 e autorizado pela Secretaria de Mobilidade Urbana e Rural do Município de Sumaré;

IV - motofretista: o condutor de veículo denominado motofrete, habilitado de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro e com a Lei Nacional nº 12.009/09 e autorizado pela Secretaria de Mobilidade Urbana e Rural do Município de Sumaré;

V - ponto de mototáxi e de motofrete: espaço público ou privado, destinado ao estacionamento de motocicletas autorizadas a prestarem os serviços remunerados de transporte de pessoas ou de mercadorias;

VI - poder concedente: o Município, por meio da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Rural;

VII - autorizatário: a pessoa jurídica ou física detentora da autorização;

VIII - autorização: documento expedido para prestação de serviços, feito pelo poder concedente à pessoa jurídica ou física que demonstre capacidade para seu desempenho dentro das exigências legais, por sua conta e risco;

IX - licença para operação do serviço: documento expedido em relação às motocicletas utilizadas por condutores autônomos ou pelas pessoas jurídicas após a aprovação em vistoria e cumprimento das demais exigências desta Lei;

X - condutor: motociclista inscrito no Cadastro Municipal de Condutores;

XI - Pessoa jurídica: sociedade empresária, empresa individual de responsabilidade limitada (Eireli), associação ou cooperativa;

CAPÍTULO II
DAS CONDIÇÕES PARA OUTORGA DA AUTORIZAÇÃO DO SERVIÇO

Art. 3º A exploração dos serviços profissionais de transporte remunerado de passageiros e de mercadorias, previstos nesta Lei, poderá ser prestado por meio de pessoas físicas na condição de autônomas ou por pessoas jurídicas, constituídas sob a forma de sociedade empresária, empresa individual de responsabilidade limitada (Eireli), associação ou cooperativa, que explore este serviço por meio de frota própria ou de terceiros, mediante outorga de autorização e permissão, formalizados por meio do Poder Executivo.

§ 1º Os serviços de que trata a presente Lei serão autorizados pelo prazo de 2 (dois) anos, a contar da promulgação desta Lei, podendo ser revogada unilateralmente, antes deste prazo, por ato motivado da Secretaria de Mobilidade Urbana e Rural do Município de Sumaré, por interesse público e/ou por inobservância das normas pertinentes e aplicáveis ao serviço, sem que disso decorra qualquer indenização.

§ 2º Será outorgada uma autorização para cada veículo destinado ao serviço de transporte de que trata esta Lei e cada autorizatário, pessoa física, poderá utilizar somente 1 (um) veículo para a prestação dos serviços previstos nesta Lei, ficando proibida a acumulação de autorizações.

§ 3º A autorização para exploração dos serviços de mototáxi e motofrete é pessoal e intransferível e somente serão outorgadas a pessoas físicas e/ou jurídicas que atendam às exigências legais.

§ 4º A autorização poderá ser renovada mediante pedido do interessado com atendimento aos requisitos previstos nesta Lei.

§ 5º O pedido de renovação da autorização deverá ser realizado nos 30 (trinta) dias que antecedem o vencimento, com o pagamento das multas, tributos, impostos e taxas devidas dentro dos prazos legais.

§ 6º Não será expedida a autorização para operação do serviço se houver, em nome do interessado, débito tributário relativo à atividade ou multas que digam respeito à motocicleta e/ou ao serviço autorizado, até que se comprove o pagamento dos débitos correspondentes.

§ 7º Em não havendo pedido de renovação da autorização após a data de vencimento da autorização anteriormente concedida, a mesma será automaticamente cancelada, tornando-se necessário, para nova autorização, o atendimento das exigências dispostas nesta Lei.

§ 8º O recadastramento do permissionário será efetivado anualmente, no mês de janeiro, com exigência de apresentação de todos os documentos relacionados no art. 4º, mediante inspeção no veículo nos termos dos § 3º e § 4º e do art. 5º todos desta Lei.

Art. 4º Para expedição da autorização pela Secretaria de Mobilidade Urbana e Rural do Município de Sumaré o interessado deverá atender as exigências previstas no Código de Trânsito Brasileiro, na Lei Nacional nº 12.009/09 e aos seguintes requisitos:

I – QUANTO A PESSOA JURÍDICA:

- a) dispor de sede no Município;
- b) possuir Certificado de Licenciamento Integrado;
- c) apresentação de cópia autenticada do contrato social ou do ato constitutivo, devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, bem como de suas alterações, ou de inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, acompanhada dos nomes e endereços dos diretores em exercício;
- d) cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- e) comprovante de endereço emitido há, no máximo, 60 (sessenta) dias;
- f) certidões negativas de débitos municipais, estaduais e federais;
- g) certidões de regularidade do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- h) relação dos veículos que serão utilizados na prestação do serviço, com o devido Certificado de

Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) para comprovação da propriedade e ano de fabricação, e contrato de comodato, aluguel ou arrendamento, se for o caso;

i) documentação dos veículos que comprove a quitação do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e Seguro Obrigatório devidamente atualizado e recolhido;

j) cadastro dos condutores que realizarão o serviço junto à respectiva pessoa jurídica e que atendam aos requisitos dispostos nesta Lei;

II – QUANDO PESSOA FÍSICA:

- a) atender os requisitos previsto nesta lei;
 - b) Cadastro da Pessoa Física (CPF) do Ministério da Fazenda;
 - c) certidões negativas de débitos municipais, estaduais e federais;
 - d) certidão de regularidade do INSS, se o caso;
 - e) cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) que será utilizado na prestação do serviço, para comprovação da propriedade e ano de fabricação, e contrato de comodato, aluguel ou arrendamento, se for o caso;
 - f) documentação do veículo que comprove a quitação do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e Seguro Obrigatório devidamente atualizado e recolhido;
 - g) comprovante de endereço emitido há, no máximo, 60 (sessenta) dias;
- § 1º Para comprovação de inscrição no CNPJ, o autorizatário poderá apresentar o seu cadastro no MEI - Microempreendedor Individual, hipótese em que atenderão às exigências dispostas em legislação específica.
- § 2º Será negada ou cancelada a autorização se constar ou ocorrer mandado de prisão expedido contra o condutor.

III – COOPERATIVAS OU AS ASSOCIAÇÕES:

a) Deverão ser constituídas exclusivamente por profissionais autônomos, atender todas as exigências previstas, portadores de licença para o serviço.

CAPÍTULO III

DAS CONDIÇÕES DOS VEÍCULOS DESTINADOS AO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E MERCADORIAS

Art. 5º Os veículos destinados ao transporte remunerado de passageiro e de mercadoria, denominados mototáxi e motofrete, além dos equipamentos exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro e pela Lei Nacional nº 12.009/09, deverão ser submetidos à prévia aprovação pela Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Rural e atender aos seguintes requisitos:

- I - possuir documentação rigorosamente completa e atualizada;
- II - possuir potência mínima equivalente a 125 cc (cento e vinte e cinco cilindradas) e máxima de 250 cc (duzentos e cinquenta cilindradas), cuja fabricação não poderá ser superior a 08 (oito) anos;
- III - possuir baú traseiro em fibra ou metálico, para transporte de mercadorias, cujo peso máximo não poderá exceder 50 (cinquenta) quilos, e dimensões não superiores a 60 (sessenta) centímetros de largura, por 70 (setenta) centímetros de altura, ou bolsas laterais, para o transporte de jornais e similares, em se tratando de motofrete;
- IV - possuir protetores de perna, denominados "mata-cachorro";
- V - possuir assento destinado ao condutor e ao

passageiro em boas condições de uso, em se tratando de mototáxi;

VI - possuir adesivo de ambos os lados, com a descrição "MOTOTÁXI" ou "MOTOFRETE", conforme regulamentação a ser baixada pela SMMUR;

VII - possuir protetores sobre o cano de descarga e suporte para os pés do passageiro, quando mototáxi;

VIII - possuir alças metálicas, traseira e lateral, destinadas ao apoio do passageiro ou outro equipamento equivalente, que permita ao passageiro ser transportado com segurança, se mototáxi;

IX - possuir espelho retrovisor de ambos os lados;

X - possuir número de identificação em local facilmente visível;

XI - estar em nome do autorizatário;

XII - estar devidamente licenciado pelo órgão oficial como motocicleta de aluguel e emplacamento com placa na cor vermelha;

XIII - estar equipada com aparador de linha, antena corta pipas, nos termos da regulamentação do CONTRAN;

XIV - possuir emplacamento no município de Sumaré.

§ 1º O veículo destinado exclusivamente ao transporte de passageiro, denominado mototáxi, nunca poderá transportar mais que um passageiro em cada transporte compreendido.

§ 2º Todo veículo de que trata a presente Lei, além dos requisitos de segurança, deverá ser submetido permanentemente à manutenção, conservação e higienização de acordo com as exigências legais e recomendações dos fabricantes.

§ 3º A vistoria técnica do veículo será realizada pela Secretaria de Mobilidade Urbana e Rural do Município de Sumaré, por sua unidade própria ou por outro órgão público credenciado ou por empresa especializada em processo de terceirização, concedendo-se prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, para adequação do mesmo às exigências desta Lei, período em que ficará proibida a sua utilização para serviço a que se destina.

§ 4º Somente serão licenciados para as atividades de mototáxi e os serviços de motofrete constantes nesta Lei, os veículos automotores do tipo motocicleta e motoneta que atendam às características relacionadas nos incisos do caput deste artigo e que satisfaçam à especificação, normas e padrões técnicos estabelecidos pelos órgãos competentes.

§ 5º Os veículos "sidecar", semirreboque e baú deverão ser pintados de cor clara, preferencialmente amarela, laranja ou cores semelhantes, sendo proibido o uso de cor preta, vermelha e lilás, cores apenas permitidas como fundo ou contraste com aquelas especificadas.

§ 6º O capacete, o baú, a motocicleta, o "sidecar" e o semirreboque deverão dispor de dispositivos refletivos de luz nas quatro direções.

Art. 6º Fica proibido o transporte de mercadorias fora do baú, do "sidecar" ou do semirreboque, exceto jornais, revistas, envelopes e similares que deverão estar acondicionados em bolsas situadas nas laterais do veículo.

Art. 7º Fica proibido o transporte de combustíveis inflamáveis ou tóxicos e de galões nos veículos que trata esta Lei, com exceção de botijões de gás, com capacidade máxima de 13 (treze) quilos e de galões contendo água mineral, com capacidade máxima de 20 (vinte) litros, desde que com auxílio de "sidecar" ou semirreboques.

Expediente

Diário Oficial de Sumaré é uma publicação da Prefeitura Municipal de Sumaré, conforme Lei nº 5.952 de 29 de Junho de 2017, produzido pela Secretaria Municipal de Comunicação Social.

Paço Municipal – Rua Dom Barreto, 1.303 – Centro - CEP: 13170-900 – Telefone: (19) 3399-5100

Prefeito Municipal: Luiz Dalben **Vice Prefeito:** Henrique Stein Sciacio

Superintendente de Comunicação: Fábio Trevisan **Redação:** Caroline Garbelini Dias, Alzeni Maria da Silva e

Mirian Aparecida Cruz - **Assessor I:** Jefferson Lobo

Site: www.sumare.sp.gov.br - **E-mail:** comunicacao@sumare.sp.gov.br

Art. 8º O transporte de carga em "sidecar" ou semirreboques deverá obedecer aos limites estabelecidos pelos fabricantes ou importadores dos veículos homologados pelo Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), não podendo a altura da carga exceder o limite superior do assento da motocicleta em mais de 40 (quarenta) centímetros.

Parágrafo único. Fica vedado o uso simultâneo de "sidecar" e semirreboque.

Art. 9º Fica proibido nos termos exigidos por esta lei a utilização de triciclo motorizado do tipo "rixá" para prestação dos serviços de transporte remunerado de passageiros e de mercadorias.

CAPÍTULO IV DAS OBRIGAÇÕES DOS CONDUTORES DOS VEÍCULOS

Art. 10. Os condutores de veículos a que se refere esta Lei devem atender, além dos demais requisitos legais, os seguintes:

- I - ter idade igual ou superior a 21 (vinte e um) anos e possuir Carteira Nacional de Habilitação em vigor, com no mínimo 2 (dois) anos na categoria "A";
- II - apresentar atestado de capacidade física, inclusive auditiva, visual e mental, firmado por profissional da saúde, com validade compatível com a da Carteira Nacional de Habilitação;
- III - apresentar certidão negativa criminal da Comarca que contemple os últimos 02 (dois) anos;
- IV - comprovar aprovação em curso especializado reconhecido por órgão oficial de trânsito, no caso de motofretista inscrito como Microempreendedor Individual - MEI;
- V - possuir certificado de curso de primeiros socorros, conforme regulamentação do CONTRAN;
- VI - estar inscrito como segurado no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS como autônomo contribuinte individual;
- VII - apresentar declaração que comprove não ter cometido infração de trânsito grave ou gravíssima prevista no CTB (Código de Trânsito Brasileiro) nos últimos 02 (dois) anos;
- VIII - carteira de identidade;
- IX - título de eleitor;
- X - Cadastro de Pessoa Física (CPF) no Ministério da Fazenda;
- XI - comprovante de endereço emitido há, no máximo, 60 (sessenta) dias;
- XII - CNPJ para os empresários individuais.

§ 1º Caso o condutor mantenha vínculo trabalhista com empresa de prestação de serviços de motofrete ou mototáxi, deverá ser apresentada cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) comprovando o vínculo.

§ 2º No caso de condutor autônomo será necessária a apresentação de certidão negativa de tributos mobiliários municipais.

§ 3º Em havendo curso especializado disponibilizado pelo Departamento Estadual de Trânsito do Estado de São Paulo (DETRAN), os condutores dos veículos a que se refere esta Lei deverão apresentar a referida certificação.

Art. 11. Sem prejuízo das exigências previstas nesta Lei e no Código de Trânsito Brasileiro, o condutor deverá:

- I - estar regularmente credenciado pela Secretaria de Mobilidade Urbana e Rural do Município de Sumaré;
- II - portar crachá de identificação, com foto e nome do condutor, fornecido pela Secretaria de Mobilidade Urbana e Rural do Município de Sumaré, quando da autorização para o exercício da atividade;
- III - dirigir o veículo, com segurança, assegurando conforto, confiança e regularidade durante o percurso, não colocando em risco ou perigo a própria vida, dos pedestres, de usuários do sistema viário, nem criando obstáculos à livre circulação de veículos;
- IV - manter a velocidade sempre compatível com as condições exigidas pela regulamentação local e

circunstâncias;

V - tratar a todos sempre com cortesia, urbanidade e respeito;

VI - usar capacete e colete de segurança dotados de dispositivos retrorrefletivos, com identificação do número de registro de sua autorização padronizados e estabelecidos pelo SMMUR e demais equipamentos obrigatórios e indispensáveis pela legislação de trânsito;

VII - fornecer os equipamentos de segurança individual, obrigatórios e necessários ao usuário do transporte, no caso de mototáxi e não conduzi-los em caso de recusa de seu uso;

VIII - não conduzir pessoas que evidenciem sintomas de embriaguez, de uso de entorpecentes, idosas acima de 65 anos ou enfermos, cujo estado revele falta de condição para ser transportado, gestantes, doentes mentais e menores de 18 (dezoito) anos de idade;

IX - transportar somente objeto ou mercadoria de acordo com o peso e dimensão previstos nesta Lei, quando tratar-se de motofrete;

X - evitar as arrancadas bruscas e outras formas que impliquem em risco ou perigo a si próprio e/ou ao usuário, quando tratar-se de mototáxi;

XI - identificar os produtos transportados ou solicitar do usuário do transporte, a declaração do que deverá ser transportado;

XII - não ter cometido nenhuma infração gravíssima, 2 (duas) graves ou ser reincidente em infrações médias, durante os 12 (doze) últimos meses;

XIII - portar a tabela de preço e exibi-la ao usuário sempre que solicitado;

XIV - não cobrar valor superior ao estabelecido pelo órgão competente;

XV - não fumar durante o percurso da prestação do serviço;

XVI - não recusar o transporte de passageiros, por motivos de distância e condições de acesso ao local, salvo na hipótese de medida de segurança justificável;

XVII - utilizar calçado fechado que garanta a segurança conforme as normas do CONTRAN;

XVIII - uso do farol baixo aceso durante o dia.

CAPÍTULO V DAS OBRIGAÇÕES DOS AUTORIZATÁRIOS DO SERVIÇO

Art. 12. Sem prejuízo das disposições contratuais, quando for o caso, os autorizatários dos serviços de que trata a presente Lei são obrigados a:

- I - assegurar efetiva integridade, proteção, segurança, higiene e conforto ao usuário;
- II - tomar todas as cautelas para a prevenção de acidentes dos condutores contratados e de passageiros, no caso de mototáxi, arcando com a respectiva responsabilidade civil;
- III - garantir a continuidade e regularidade na prestação do serviço;
- IV - cumprir e fazer cumprir as normas de segurança no trânsito e de prestação do serviço;
- V - informar, semestralmente, à Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Rural do Município de Sumaré, a estatística de acidentes com os condutores contratados sob qualquer modalidade, identificando o logradouro do acidente, hora, data, local do acidente, o condutor do veículo, a pessoa ou a mercadoria transportada, causa provável do acidente, bem como demais circunstâncias, ainda que não tenha sido registrado em Boletim de Ocorrência Policial;
- VI - não transportar produtos inflamáveis, explosivos, substâncias tóxicas e produtos corrosivos e ilícitos, exceto nas condições estabelecidas nesta Lei;
- VII - prestar ao usuário as informações para a defesa de seus interesses e direitos, fornecendo documento, quando necessário e solicitado pelo usuário;
- VIII - manter os veículos sempre em plenas condições de manutenção, conservação, circulação e higiene e retirar de circulação os veículos considerados sem condições de uso;
- IX - não permitir a circulação e condução de veículo sem os equipamentos de segurança previstos

em Lei e sem a documentação dentro dos padrões legais;

X - manter plantão de atendimento telefônico diuturno para os serviços de mototáxi;

XI - realizar cursos de direção defensiva e de noções de primeiros socorros, sendo que no caso de condutores contratados por pessoa jurídica, caberá a esta ofertar o curso que deverá ser feito com periodicidade nunca superior a 05 (cinco) anos;

XII - levar em consideração os seguintes aspectos, quando da definição da quantidade de serviço repassado a cada condutor contratado e do tempo prescrito negociado com os clientes: a(s) tarefa(s) em si e seus respectivos destinos; a experiência dos condutores; as intempéries; os períodos anteriores e posteriores a feriados; as datas comemorativas e festivas; dias de início de período letivo escolar das redes públicas e privada; as regiões onde as ruas e numerações são irregulares; as regiões onde as ruas e avenidas se encontram em obras ou haja qualquer outro problema que altere a dinâmica do trânsito no local; o trajeto planejado para execução da tarefa com indicação dos logradouros públicos a serem utilizados; os limites de velocidade dos logradouros públicos e as velocidades máximas de segurança recomendadas e, a comunicação aos clientes sobre a possibilidade de atrasos decorrentes dos aspectos acima descritos;

XIII - observar a vedação de práticas que se caracterizam como assédio moral, quais sejam: exigência exacerbada de cumprimento de metas, quantidade de serviços e tempos de duração de tarefas sem considerar os aspectos descritos no inciso anterior;

XIV - observar a vedação de veiculação de qualquer espécie de propaganda, em qualquer meio de comunicação e a negociação escrita ou verbal com o cliente oferecendo gratuidade, descontos sobre o produto ou serviço prestado, vantagens e/ou benefícios, caso o tempo negociado com o cliente não seja cumprido;

XV - observar que o tempo de atendimento negociado com o cliente deve variar de acordo com a disponibilidade de condutores contratados no momento do pedido, devendo ser observado também os demais requisitos desta Lei;

XVI - observar a vedação de estabelecimento de competição entre condutores contratados por meio de prêmios ou qualquer outra forma de remuneração que venha a estimular o aumento de velocidade e de infrações de trânsito, ocasionando riscos de acidentes para os condutores bem como usuários, pedestres e demais motoristas;

XVII - disponibilizar tempo determinado para que os condutores inexperientes em determinada tarefa possam acompanhar as atividades realizadas por condutores mais experientes;

XVIII - estabelecer um limite de tempo abaixo do qual não se aceitem serviços de clientes com prazos críticos e/ou urgentes, acima deste limite, mobilizar mais de um condutor contratado, obrigatoriamente dentre os experientes, para a realização das tarefas, sendo que a recusa caberá ao condutor, caso julgue a tarefa inexecutável naquele prazo;

XIX - transportar produtos alimentícios e bebidas, quentes ou frios, somente em baús isolantes térmicos;

XX - quando o autorizatário for pessoa jurídica será obrigado a fornecer gratuitamente aos condutores contratados os seguintes equipamentos de segurança individual: capacete de motociclista tipo fechado com viseira, aprovado pelo INMETRO; coletes de segurança retrorrefletivo; botina ou calçado de segurança; jaqueta de couro ou de material sintético; luvas de couro; protetor para a parte inferior das pernas e capa de chuva nas cores claras, preferencialmente amarela, laranja ou cores semelhantes, sendo proibido o uso das cores preta, vermelha e lilás, exceto a botina ou calçado de segurança;

XXI - quando o autorizatário for pessoa jurídica deverá fiscalizar mensalmente as condições das motocicletas, mesmo não sendo de sua propriedade, no que se refere à manutenção preventiva e corretiva, conservação, documentação de trânsito obrigatória e ao uso de dispositivos, acessórios e

equipamentos de segurança por parte dos condutores contratados;
 XXII - quando o autorizatário for pessoa jurídica deverá observar todas as normas trabalhistas aplicáveis, inclusive no que tange à saúde ocupacional e à prevenção de acidentes;
 XXIII - promover e tomar a vacina contra a gripe, uma vez por ano, arcando com os custos da vacinação e manter ou solicitar comprovante de vacinação ou reforço contra tétano.

CAPÍTULO VI DOS PONTOS DE MOTOTÁXI E DE MOTOFRETE

Art. 13. Os pontos públicos de mototáxi e de motofrete serão fixados pela Secretaria de Mobilidade Urbana e Rural do Município de Sumaré, que levará em consideração o interesse público, as políticas de transporte coletivo urbano e as conveniências do trânsito, podendo, a qualquer tempo, extinguir, transferir, reduzir ou ampliar, o número de pontos e o limite de motocicletas autorizadas.

Art. 14. Os pontos de mototáxi localizados em logradouros ou regiões determinadas pela Secretaria de Mobilidade Urbana e Rural do Município de Sumaré contarão com distanciamento de, no mínimo, uma quadra dos pontos de permissionários dos serviços de táxi com veículos automotores e do transporte coletivo.

Art. 15. Os pontos privados de mototáxi e de motofrete deverão possuir instalações que atendam as normas de higiene e de conforto, bem como local adequado para estacionamento das motocicletas disponíveis para o serviço.

Parágrafo único. As áreas destinadas não devem estar situadas em região insalubre, sujeito a inundações, próximo a fontes intensas de calor, de ruído, de poeira, de risco de explosão ou de qualquer outro fator de risco significativo à segurança e saúde dos condutores.

CAPÍTULO VII DAS INFRAÇÕES, PENALIDADES E RECURSOS

Art. 16. Ficam os infratores dos preceitos da presente Lei, sem prejuízo das penalidades previstas no Código de Trânsito Brasileiro, sujeitas às seguintes penalidades:

I - advertência por escrito;
 II - multa;
 III - suspensão temporária dos serviços;
 IV - cassação da autorização e da respectiva licença.
 Parágrafo único. Quando cometidas ao mesmo tempo duas ou mais infrações, aplicar-se-ão cumulativamente as penalidades previstas para cada uma delas.

Art. 17. Constitui infração a inobservância de qualquer preceito desta Lei, sem prejuízo das penalidades previstas na legislação federal e estadual aplicável.

Art. 18. Para efeito da aplicação das penalidades, as infrações classificam-se como gravíssimas, graves e médias.

§ 1º São consideradas infrações gravíssimas:
 I - transportar passageiros em número superior ao permitido;
 II - realizar as atividades descritas na presente Lei sem a devida licença, utilizar veículo sem licença ou condutor não regularmente credenciado;
 III - transportar as pessoas a que se refere o inciso VIII do art. 11;
 IV - conduzir o veículo em desacordo com o disposto nos incisos III, VI, VII e XII do art. 11.
 § 2º São consideradas faltas graves:
 I - deixar de pagar os tributos devidos;
 II - entregar ou permitir que o veículo licenciado seja dirigido por condutor não especificamente habilitado e credenciado;
 III - perder os requisitos de idoneidade e de capacidade operacional, inclusive interrupção do ser-

viço injustificadamente, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito;

IV - não proporcionar seguro facultativo de acidente pessoal;

V - transportar carga com peso superior e dimensões em desacordo com o previsto nesta Lei;

VI - dirigir o veículo de modo a criar obstáculos à livre circulação do trânsito;

VII - fumar quando estiver na direção do veículo;

VIII - cobrar preço superior ao estabelecido pelo Poder Público.

§ 3º É considerada infração média:

I - conduzir o veículo sem o colete de segurança retrorrefletivo;

Art. 19. As penalidades serão assim aplicadas:

I - advertência por escrito, quando se tratar de falta de menor gravidade;

II - multa em valor a ser baixado por Decreto do Executivo Municipal, no caso das infrações descritas no art. 18, retro;

III - suspensão temporária dos serviços, em caso de reincidência das infrações descritas no art. 18, retro;

IV - cassação da autorização e da respectiva licença, após a terceira suspensão no período de 12 (doze) meses.

§1º Quando da suspensão, poderão ser aplicadas, cumulativamente, multas dobradas a cada reincidência.

§ 2º Fica garantido o direito de ampla defesa e contraditório, com o procedimento de recurso estabelecido através de Decreto do Executivo Municipal.

CAPÍTULO VIII DAS FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE MOTOTÁXI E DOS SERVIÇOS DE MOTOFRETE

Art. 20. As atividades do mototáxi e os serviços de motofrete, as especificações dos veículos automotores do tipo motocicletas e motonetas, os equipamentos e as regras exigidas nesta Lei serão fiscalizadas pelos agentes de trânsito do Município de Sumaré, que poderão impedir a circulação dos referidos veículos mediante sua apreensão, em caso de descumprimento de qualquer um de seus dispositivos, sem prejuízo das penalidades previstas no Código de Trânsito Brasileiro, no que couber.

Art. 21. A Secretaria de Mobilidade Urbana e Rural do Município de Sumaré poderá determinar as providências que julgar necessárias à regularidade da execução das atividades e dos serviços de que trata esta Lei.

Art. 22. Poderão resultar da atividade fiscalizadora, termos próprios lavrados em 02 (duas) vias, em formulários denominados autos de infração, termo de advertência ou termo de apreensão, conforme o caso.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23. A remuneração dos serviços, cálculo do valor da tarifa, planilhas de custos, taxas administrativas, parâmetros e coeficientes técnicos será fixada por Decreto do Poder Executivo.

Parágrafo Único. A Secretaria de Mobilidade Urbana e Rural do Município de Sumaré deverá se reunir com o sindicato representativo da classe, com o Ministério Público e com a Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor, a fim de obter os subsídios necessários para uma regulação justa dos valores a serem oficializados.

Art. 24. Compete à Secretaria de Mobilidade Urbana e Rural do Município de Sumaré a edição de normas complementares para a regulamentação e operacionalização do serviço de motofrete e mototáxi, cabendo a ela a resolução dos casos omissos.

Art. 25. As atividades e os serviços de que trata esta Lei deverão ser prestados apenas no âmbito do Município de Sumaré.

Art. 26. As empresas que mantêm serviço próprio de entrega de mercadorias por motocicletas ficam obrigadas a observar as exigências estabelecidas nesta Lei.

Art. 27. Fica a Secretaria de Mobilidade Urbana e Rural do Município de Sumaré autorizada a expedir instruções normativas e resoluções, a fim de dar cumprimento a esta Lei, com vistas a exercer a mais rigorosa e ampla fiscalização à prestação das atividades de mototáxi e dos serviços motofrete, visando sempre à segurança e a melhor qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Art. 28. Fica estabelecido prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da entrada em vigor da presente Lei para que os interessados, pessoas físicas ou jurídicas, que queiram ou que já estejam desempenhando as atividades de mototáxi ou motofrete no Município de Sumaré, façam seu cadastramento na Secretaria de Mobilidade Urbana e Rural do Município de Sumaré e atendam todos os requisitos da presente Lei.

Art. 29. Esta Lei entra em vigor no prazo de 180 dias da data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sumaré, 23 de outubro de 2020.

WILLIAN SOUZA
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Sumaré, aos 23 de outubro de 2020.

CLODOVYL DOTA TELLES
Diretor da Divisão do Legislativo

CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ LEI Nº 6431, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020.

Autoriza o Poder Executivo de Sumaré, instituir o Programa de Atendimento Pedagógico Hospitalar, para crianças e adolescentes hospitalizados, no âmbito do Município de Sumaré e dá outras providências.

Autor: Vereador Ronaldo Mendes.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, nos termos do artigo 66, §§ 5º e 7º da Lei Orgânica do Município de Sumaré, c.c. artigo 287 do Regimento Interno desta Casa de Leis, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo de Sumaré, instituir o programa de "Atendimento Pedagógico Hospitalar para Crianças e Adolescentes Hospitalizados", com o intuito de proporcionar às crianças e adolescentes hospitalizados, que estudam na rede pública de ensino, o atendimento pedagógico educacional apoiado em atividades continuadas da escola de origem dos pacientes, no âmbito do Município de Sumaré.

Art. 2º O programa ora instituído pela presente Lei tem como principais objetivos, dentre outros:

I - continuidade do currículo escolar;

II - desenvolvimento de parâmetros para atender as necessidades do educando hospitalizado;

III - suporte psicopedagógico;

IV - integração do educando hospitalizado em suas atividades escolares e familiares;

V - superação dos métodos tradicionais escola/aluno;

VI - Busca de alternativas para desenvolver as habilidades do educando hospitalizado;

VII - constituição em mais um recurso ao processo de cura.

Art. 3º O programa de que trata o art. 1º desta Lei deverá contar com apoio pedagógico especializado, a ser realizado na rede regular de ensino ou em espaços adaptados para possibilitar o acesso e a construção da aprendizagem aos educandos.

Art. 4º O programa contará com atividades de recurso como o ensino e interpretação de libras, sistema braille, comunicação alternativa, tecnologias assistivas, educação física adaptada, enriquecendo e aprofundamento curricular com oficinas pedagógicas.

Art. 5º O atendimento de que trata o art. 1º desta Lei poderá se dar por meio de duas modalidades:

I - atendimento pedagógico domiciliar, consistente em uma alternativa de atendimento educacional especializado com o intuito de realizar trabalhos curriculares escolares em domicílio, cujo público alvo serão os acometidos por doenças prolongadas impossibilitados de frequentar a escola;

II - classe hospitalar, no qual o educador levará o ensino até os hospitais, desenvolvendo atividades curriculares aos escolares impossibilitados de frequentar a escola por motivo de doença prolongada ou não.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sumaré, 23 de outubro de 2020.

WILLIAN SOUZA
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Sumaré, aos 23 de outubro de 2020.

CLODOVYL DOTA TELLES
Diretor da Divisão do Legislativo

É obrigatório o uso de máscaras em todo o Estado de São Paulo

SEMPRE QUE SAIR DE CASA.

COMO USAR, MANUSEAR E DESCARTAR



Higienize as mãos antes de tocar na máscara



Pegue a máscara pelas alças laterais



Coloque de forma que cubra o nariz e o queixo



Ela deve ficar justa ao rosto, sem espaço nas laterais



Retire a máscara pelas alças laterais



Utilize saquinhos plásticos para o descarte, amarrando bem e, se possível, identifique os mesmos



Tire o ar e jogue junto com o lixo do banheiro



Faça a higienização novamente

DECRETO Nº 10.903, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020.

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais).

LUIZ ALFREDO CASTRO RUZZA DALBEN, Prefeito do Município de Sumaré, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e nos termos do artigo 90, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Sumaré.

Considerando os demais elementos constantes no Protocolado - PMS nº 3164/2020.

DECRETA:

Art. 1º - Nos termos da Lei Municipal nº 6.288, de 02 de dezembro de 2019, art. 6º, inciso I, alínea "c", e com fulcro no Art. 42 da Lei 4.320/64, fica aberto na Câmara Municipal de Sumaré, um crédito adicional suplementar no valor de **R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais)**.

Parágrafo Único: O crédito adicional suplementar de que trata o *caput* desse artigo obedecerá à seguinte classificação Orçamentária:

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
CAMARA MUNICIPAL DE SUMARE		
Unidade Orçamentária: 01.001	CAMARA MUNICIPAL	
Funcional Programática: 01.001.0001.0031.0005.2009	Atividade: MANUTENÇÃO DA UNIDADE	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190130000 - Obrigações patronais	011100000 - GERAL	R\$ 205.000,00
CAMARA MUNICIPAL DE SUMARE		
Unidade Orçamentária: 01.001	CAMARA MUNICIPAL	
Funcional Programática: 01.001.0001.0031.0005.2009	Atividade: MANUTENÇÃO DA UNIDADE	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3191130000 - Obrigações patronais - intra OFSS	011100000 - GERAL	R\$ 280.000,00
CAMARA MUNICIPAL DE SUMARE		
Unidade Orçamentária: 01.001	CAMARA MUNICIPAL	
Funcional Programática: 01.001.0001.0031.0005.2009	Atividade: MANUTENÇÃO DA UNIDADE	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390920000 - Despesas de exercícios anteriores	011100000 - GERAL	R\$ 15.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:		R\$ 500.000,00

Art. 2º - Nos termos do Inciso III do § 1º do Artigo 43 da Lei 4320/64, os recursos para cobertura do presente crédito serão provenientes de anulações parciais das seguintes dotações do orçamento vigente:

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
CAMARA MUNICIPAL DE SUMARE		
Unidade Orçamentária: 01.001	CAMARA MUNICIPAL	
Funcional Programática: 01.001.0001.0031.0005.2009	Atividade: MANUTENÇÃO DA UNIDADE	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490510000 - Obras e instalações	011100000 - GERAL	R\$ 500.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO:		R\$ 500.000,00

Art. 3º - Ficam acrescidos os mesmos valores concedidos para o orçamento 2020, na Lei de Diretrizes Orçamentárias através do anexo VI – Planejamento Orçamentário LDO, Unidades Executoras e Ações voltadas ao desenvolvimento dos Programas Governamentais e Anexo V – Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos, instituídos pela Lei nº 6.218, de 27 de junho de 2019 e suas alterações posteriores.

DECRETO Nº 10.903/2020
FOLHA Nº 02

Art. 4º - Ficam acrescidos os mesmos valores concedidos para o orçamento 2020, no Plano Plurianual, através do Anexo III – Planejamento Orçamentário PPA, Unidades Executoras e ações voltadas ao desenvolvimento dos Programas Governamentais/Metas/Custos, instituídos pela Lei nº 5.999, de 24 de novembro de 2017 e suas alterações posteriores.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Sumaré, 26 de outubro de 2020.

LUIZ ALFREDO CASTRO RUZZA DALBEN
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado nos termos do artigo 117 e §§ da Lei Orgânica do Município de Sumaré, no dia 26 de outubro de 2020, no Paço Municipal e, em 26 de outubro de 2020, no Diário Oficial do Município.

WASHINGTON LUIS CONTE
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

DECRETO Nº 10.904, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020.

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

LUIZ ALFREDO CASTRO RUZZA DALBEN, Prefeito do Município de Sumaré, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e nos termos do artigo 90, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Sumaré.

Considerando os demais elementos constantes no Protocolado - PMS nº 3164/2020.

DECRETA:

Art. 1º - Nos termos da Lei Municipal nº 6.288, de 02 de dezembro de 2019, art. 6º, inciso I, alínea "c", com fulcro no Art. 13 da Lei Municipal nº 6.218, de 27 de junho de 2019, Lei de Diretrizes Orçamentárias, e com fulcro no Art. 42 da Lei 4.320/64, fica aberto na Secretaria de Municipal de Finanças e Orçamento, um crédito adicional suplementar no valor de **R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)**.

Parágrafo Único: O crédito adicional suplementar de que trata o *caput* desse artigo obedecerá à seguinte classificação Orçamentária:

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMARÉ		
Unidade Orçamentária: 02.020	SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
Funcional Programática: 02.020.0015.0452.0004.2002	Atividade: ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390300000 - Material de consumo	011000300 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA	R\$ 200.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:		R\$ 200.000,00

Art. 2º - Nos termos do Inciso III do § 1º do Artigo 43 da Lei 4320/64, os recursos para cobertura do presente crédito serão provenientes de anulações parciais das seguintes dotações do orçamento vigente:

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMARÉ		
Unidade Orçamentária: 02.020	SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
Funcional Programática: 02.020.0015.0452.0004.2002	Atividade: ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	011000300 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA	R\$ 200.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO:		R\$ 200.000,00

Art. 3º - Ficam acrescidos os mesmos valores concedidos para o orçamento 2020, na Lei de Diretrizes Orçamentárias através do anexo VI – Planejamento Orçamentário LDO, Unidades Executoras e Ações voltadas ao desenvolvimento dos Programas Governamentais e Anexo V – Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos, instituídos pela Lei nº 6.218, de 27 de junho de 2019 e suas alterações posteriores.

DECRETO Nº 10.904/2020
FOLHA Nº 02

Art. 4º - Ficam acrescidos os mesmos valores concedidos para o orçamento 2020, no Plano Plurianual, através do Anexo III – Planejamento Orçamentário PPA, Unidades Executoras e ações voltadas ao desenvolvimento dos Programas Governamentais/Metas/Custos, instituídos pela Lei nº 5.999, de 24 de novembro de 2017 e suas alterações posteriores.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Sumaré, 26 de outubro de 2020.

LUIZ ALFREDO CASTRO RUZZA DALBEN
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado nos termos do artigo 117 e §§ da Lei Orgânica do Município de Sumaré, no dia 26 de outubro de 2020, no Paço Municipal e, em 26 de outubro de 2020, no Diário Oficial do Município.

WASHINGTON LUIS CONTE
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

DECRETO Nº 10.905, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020.

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais).

LUIZ ALFREDO CASTRO RUZZA DALBEN, Prefeito do Município de Sumaré, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e nos termos do artigo 90, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Sumaré.

Considerando os demais elementos constantes no Protocolado - PMS nº 3164/2020.

DECRETA:

Art. 1º - Nos termos da Lei Municipal nº 6.288, de 02 de dezembro de 2019, art. 6º, inciso I, alínea "c", com fulcro no Art. 13 da Lei Municipal nº 6.218, de 27 de junho de 2019, Lei de Diretrizes Orçamentárias, e com fulcro no Art. 42 da Lei 4.320/64, fica aberto na Secretaria de Municipal de Finanças e Orçamento, um crédito adicional suplementar no valor de **R\$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais)**.

Parágrafo Único: O crédito adicional suplementar de que trata o *caput* desse artigo obedecerá à seguinte classificação Orçamentária:

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMARÉ		
Unidade Orçamentária: 02.011	SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA, PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	
Funcional Programática: 02.011.0018.0542.0004.2009	Atividade: MANUTENÇÃO DA UNIDADE	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390300000 - Material de consumo	011100000 - GERAL	R\$ 32.500,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:		R\$ 32.500,00

Art. 2º - Nos termos do Inciso III do § 1º do Artigo 43 da Lei 4320/64, os recursos para cobertura do presente crédito serão provenientes de anulações parciais das seguintes dotações do orçamento vigente:

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMARÉ		
Unidade Orçamentária: 02.011	SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA, PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	
Funcional Programática: 02.011.0018.0542.0004.2009	Atividade: MANUTENÇÃO DA UNIDADE	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390360000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	011100000 - GERAL	R\$ 22.500,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMARÉ		
Unidade Orçamentária: 02.011	SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA, PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	
Funcional Programática: 02.011.0018.0542.0004.2009	Atividade: MANUTENÇÃO DA UNIDADE	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490520000 - Equipamentos e material permanente	011100000 - GERAL	R\$ 10.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO:		R\$ 32.500,00

DECRETO Nº 10.905/2020
FOLHA Nº 02

Art. 3º - Ficam acrescidos os mesmos valores concedidos para o orçamento 2020, na Lei de Diretrizes Orçamentárias através do anexo VI – Planejamento Orçamentário LDO, Unidades Executoras e Ações voltadas ao desenvolvimento dos Programas Governamentais e Anexo V – Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos, instituídos pela Lei nº 6.218, de 27 de junho de 2019 e suas alterações posteriores.

Art. 4º - Ficam acrescidos os mesmos valores concedidos para o orçamento 2020, no Plano Plurianual, através do Anexo III – Planejamento Orçamentário PPA, Unidades Executoras e ações voltadas ao desenvolvimento dos Programas Governamentais/Metas/Custos, instituídos pela Lei nº 5.999, de 24 de novembro de 2017 e suas alterações posteriores.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Sumaré, 26 de outubro de 2020.

LUIZ ALFREDO CASTRO RUZZA DALBEN
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado nos termos do artigo 117 e §§ da Lei Orgânica do Município de Sumaré, no dia 26 de outubro de 2020, no Paço Municipal e, em 26 de outubro de 2020, no Diário Oficial do Município.

WASHINGTON LUIS CONTE
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ